JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.02.21 06:26:17 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 21 de fevereiro de 2024 • Nº 1746 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

PROJETO APROVADO

Senado acaba com 'saidinha' de presos

O Senado Federal aprovou, por 62 votos favoráveis, dois votos contra e uma abstenção, um projeto de lei que proíbe a "saidinha", benefício que permite a saída temporária de presos em datas comemorativas. A matéria agora voltará para a Câmara dos Deputados, que terá que apreciar as emendas feitas ao texto antes de ele ser encaminhado para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A autorização é dada aos detentos que tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de primeira condenação, e um quarto, quando reincidentes. As "saidinhas" ocorrem até cinco vezes por ano e não podem ultrapassar o período de sete dias. Uma das alterações em relação ao texto que veio da Câmara foi proposta pelo senador Sérgio Moro (PL-PR). PÁGINA 5

FEVEREIRO

Intenção de consumo das famílias recua 0,5%

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF) caiu em fevereiro pelo terceiro mês seguido. O índice calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado ontem, fechou o mês em 105,7 pontos, 0,5% a menos que o mês anterior. O número acima de 100 pontos indica percepção geral de satisfação com as condições econômicas. Apesar do recuo de janeiro para fevereiro, o patamar identificado é 10,4% maior que fevereiro do ano passado e o melhor para o período desde 2015. De acordo com a CNC, o resultado negativo na comparação entre meses imediatamente seguidos é resultado de as famílias estarem mais preocupadas em pagar e diminuir dívidas. PÁGINA 2

GENOCÍDIO EM GAZA

Vieira rebate chanceler de Israel que criticou Lula: 'revoltante'

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (**foto**), criticou o chanceler do governo israelense, Israel Katz, por declarações dadas nos últimos dias sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vieira classificou como "insólito e revoltante" a forma como Katz se referiu a Lula. "Uma Chancelaria dirigir-se dessa forma a um Chefe de Estado, de um país amigo, o Presidente Lula, é algo insólito e revoltante. Uma Chancelaria recorrer sistematicamente à distorção de declarações e a mentiras é ofensivo e grave. É uma vergonhosa página da história da diplomacia de Israel, com recurso a linguagem chula e irresponsável", disse o ministro ontem ao sair da Marina da Glória, no Rio de Janeiro. O local receberá, hoje e amanhã, a reunião de chanceleres do G20. Em resposta, Vieira disse também que o governo israelense tenta impor uma cortina de fumaça para encobrir o problema do massacre em curso em Gaza, onde 30 mil civis palestinos já morreram. "Isso (o massacre) tem levado ao crescente isolamento internacional do governo Netanyahu, fato refletido nas deliberações em andamento na Corte Internacional de Justiça. É este isolamento que o titular da chancelaria israelense tenta esconder. Não entraremos nesse jogo. E não deixaremos de lutar pela proteção das vidas inocentes em risco". No perfil oficial do governo israelense também atacou o presidente brasileiro, acusando Lula de negar o Holocausto, o que nunca aconteceu. PÁGINA 5

JULGAMENTO

Manifestação no Rio pede liberdade para Julian Assange

No dia em que se inicia mais um capítulo judicial no Reino Unido envolvendo o futuro do jornalista australiano Julian Assange, manifestantes se reuniram no Rio de Janeiro para pedir pela sua liberdade. O grupo se concentrou a partir de 17h em frente ao Consulado Geral Britânico, na Praia do Flamengo, na zona sul da capital fluminense. Outros atos também foram convocados para a tarde desta terça-feira, em SP, Porto Alegre e Curitiba. Julian Assange é fundador da plataforma WikiLeaks, que se tornou conhecida mundialmente em 2010 quando publicou diversos documentos sigilosos do governo dos EUA. Entre eles estavam registros secretos do exército do país, inclusive sobre violações de direitos humanos nas guerras do Afeganistão. PÁGINA 6

TENTATIVA DE GOLPE

VALTER CAMPANHATOABRASIL

Barroso nega pedido de Bolsonaro para afastar Moraes de inquérito

O ministro Luís Roberto Barroso (**foto**), presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para afastar o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito do golpe. Para Barroso, a defesa do ex-presidente não conseguiu comprovar que Moraes foi parcial ou que o ministro tem interesse na investigação. "Não houve clara demonstração de qualquer das causas justificadoras de impedimento, previstas, taxativamente, na legislação de regência", escreveu o presidente do STF. "Não são suficientes as alegações genéricas e subjetivas, destituídas de embasamento jurídico." A decisão é um recado claro de que o STF chancela a atuação de Alexandre de Moraes nos inquéritos que atingem Bolsonaro e seus aliados mais próximos. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: 0,68% / 129.916,11 / 880,37 / Volume: R$ 28.274.342.774 / Negócios: 3.859.736

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CARREFOUR BRON NM	12.05	+11.16	+1.21
PETZ ON NM	3.77	+8.02	+0.28
DEXCO ON NM	7.80	+5.98	+0.44
VAMOS ON NM	8.540	+5.43	+0.440
SLC AGRICOLAON NM	20.00	+4.28	+0.82

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
SID NACIONALON	18.00	–4.86	–0.92
MAGAZ LUIZA ON NM	2.02	–3.35	–0.07
CSNMINERACAOON N2	6.180	–2.37	–0.150
VALE ON NM	66.01	–2.19	–1.48
BRADESPAR PN N1	21.67	–2.17	–0.48

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	66.01	–2.19	–1.48
ITAUUNIBANCOPN N1	35.68	+2.18	+0.76
PETROBRAS PN N2	42.45	–1.05	–0.45
BRADESCO PN N1	13.97	+2.34	+0.32
BRASIL ON NM	59.30	+0.64	+0.38

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.563,8	-0,17
NASDAQ Composite	15.630,782	-0,92
CAC 40	7.795,22	+0,34
FTSE 100	7.719,21	-0,12
DAX	17.068,43	-0,14
Ftse Mib	31.701,48	+0,08

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,07% (jan.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,42% (jan.)	Compra: 5,3833	Venda: 5,5633
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 4,9408	-0,36%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(21/02)	0,5379%	BM&F/grama	R$ 322,55	Compra: 4,9314	Venda: 4,9320
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(21/02)	0,0377%	Compra: 5,3291	Venda: 5,3297	Compra: 4,9523	Venda: 5,1323

Economia

MERCADOS

Bolsa emenda quarto ganho e se reaproxima dos 130 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Mesmo sob o peso das gigantes de commodities na sessão - Petrobras (ON -2%, PN -1,05%) e Vale (ON -2,19%), com o petróleo e o minério em baixa ontem -, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) sustentou os 129 mil pontos pelo segundo fechamento, no maior nível desde o último dia 7, então também perto dos 130 mil pontos. Ontem, o Índice Bovespa (Ibovespa) oscilou dos 128.326,04 aos 129 916,11 pontos (+0,68%), em máxima do dia que coincidiu com o fechamento, saindo de abertura aos 129.032,88 na sessão. O giro financeiro foi a R$ 28,2 bilhões ontem.

O desempenho positivo do Ibovespa - a quarta alta consecutiva - amparou-se ontem em avanço dos grandes bancos (Itaú PN +2,18%, Bradesco PN +2,34%) e das utilities (Eletrobras ON +3,76%, PNB +3,31%), bem como de Itausa (PN +3,04%). Na ponta ganhadora, destaque para Carrefour (+11,16%), com a rede de supermercados tendo divulgado resultados após o fechamento de segunda-feira, e para Petz (+8,02%). No lado oposto, além de Vale, vieram CSN (-4,86%), Magazine Luiza (-3,35%) e CSN Mineração (-2,37%). No mês, o Ibovespa sobe 1,69%, limitando a perda do ano a 3,18%. Nas duas primeiras sessões da semana, o índice acumula ganho de 0,92%.

Assim, o IMAT, índice que reúne as ações de materiais básicos, como as do setor metálico, fechou hoje em baixa de 0,13%, mas o leve efeito negativo foi mais do que compensado pelo desempenho favorável das ações de consumo (ICON +1,72%), com exposição ao ciclo doméstico.

DÓLAR CAI 0,61%

O dólar à vista encerrou a sessão de ontem, em queda de 0,61%, cotado a R$ 4,9316, no menor valor em 20 dias. O mercado de câmbio local trabalhou alinhado ao sinal predominante de baixa da moeda americana no exterior.

Foi o quarto pregão seguido de queda do dólar, que passou a acumular leve desvalorização em fevereiro (-0,12%). Diferentemente das sessões anteriores, marcadas por oscilações muito modestas e liquidez contida, hoje as variações foram um pouco maiores - de quase quatro centavos entre mínima (R$ 4,9254) e máxima (R$ 4,9645) - e houve bom volume negociado. Principal termômetro do apetite por negócios, o dólar futuro para março movimentou mais de US$ 13 bilhões.

CNC

Intenção de consumo das famílias cai 0,5% em fevereiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O indicador Intenção de Consumo das Famílias (ICF) caiu em fevereiro pelo terceiro mês seguido. O índice calculado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), divulgado ontem, fechou o mês em 105,7 pontos, 0,5% a menos que o mês anterior. O número acima de 100 pontos indica percepção geral de satisfação com as condições econômicas.

Apesar do recuo de janeiro para fevereiro, o patamar identificado é 10,4% maior que fevereiro do ano passado e o melhor para o período desde 2015.

De acordo com a CNC, o resultado negativo na comparação entre meses imediatamente seguidos é resultado de as famílias estarem mais preocupadas em pagar e diminuir dívidas do que fazer mais aquisições.

No relatório, o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares, explica que "apesar das melhores taxas de juros, o saldo da carteira de crédito das pessoas físicas vem desacelerando em relação aos resultados do ano passado, mostrando menor procura por esses recursos".

QUEDA

Segundo o economista, ao observar a redução da inadimplência, pode-se concluir que as famílias estão aproveitando o crédito mais barato para ajustar seus orçamentos em vez de fazer mais dívidas por meio de consumo.

A CNC entende que a busca por redução de dívidas em vez de mais consumo não é um fato negativo, "muito pelo contrário", diz a publicação, pois mostra maior consciência das famílias brasileiras quanto às suas finanças.

"A atenção das famílias brasileiras com o planejamento financeiro vem mostrando resultado no mercado de crédito e, apesar de enfraquecer o consumo, a intenção de compra permanece melhor do que em anos anteriores", afirma o texto.

INFLAÇÃO CONTROLADA

A pesquisa é feita em todo o país, com uma amostra de 18 mil consumidores e leva em conta sete indicadores: três sobre as condições atuais (emprego, renda e nível de consumo), dois sobre expectativas para três meses à frente (perspectiva de consumo e perspectiva profissional), além da avaliação do acesso ao crédito e momento atual para aquisição de bens duráveis.

Em fevereiro, o único item que teve alta na percepção foi o da renda atual. A pesquisa aponta que a inflação controlada "ajudou a incrementar a renda real das famílias, dando maior poder de compra aos consumidores e sendo o único item a aquecer o comércio". Além disso, o texto destaca que "o crescimento constante na população empregada também impactou o aumento da massa salarial, dando mais recursos para o consumo".

FAIXAS DE RENDA

A queda da intenção de consumir em fevereiro foi puxada principalmente pelas famílias com renda abaixo de dez salários-mínimos (até R$ 14.120), que recuou 0,6%. Para os grupamentos familiares com renda acima de dez salários-mínimos, a redução foi de 0,1%.

"Famílias de menor renda, por estarem mais endividadas, priorizam o ajuste do seu orçamento. Enquanto as com maiores rendimentos já enxergam melhora no consumo futuro", avalia a CNC.

FAZENDA

Dívidas renegociadas no Desenrola Brasil somam R$ 35,6 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A cerca de 40 dias do fim do prazo, o Desenrola Brasil renegociou R$ 35,6 bilhões em dívidas, divulgou ontem o Ministério da Fazenda. Ao todo, 12 milhões de brasileiros refinanciaram 17 milhões de débitos, que foram retirados de cadastros negativos, reparcelados ou quitados à vista.

Os dados referem-se até o dia 18 de fevereiro. As negociações continuam abertas para a faixa 1, destinada a pessoas com renda de até dois salários mínimos ou inscritas no Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico) do governo federal e a dívidas de até R$ 20 mil.

Segundo o Ministério da Fazenda, apenas na faixa 1, 1,6 milhão de pessoas renegociaram R$ 9 bilhões em débitos. As dívidas para essa categoria caíram para R$ 1,2 bilhão após a aplicação do desconto médio de 87% pelo programa Desenrola.

Do total de R$ 1,2 bilhão em dívidas remanescentes, R$ 222,8 milhões foram quitados à vista e R$ 977,2 milhões foram reparcelados. Ao todo, as renegociações na faixa 1 envolveram 3,57 milhões de contratos de serviços financeiros, eletricidade, comércio varejista, educação, telecomunicações, saneamento, empresas e demais setores.

Em relação à divisão por estados, São Paulo tem o maior volume de renegociações na faixa 1. Desde outubro do ano passado, quando entraram em vigor os refinanciamentos nessa faixa, 400 mil pessoas no estado renegociaram R$ 2,3 bilhões, que se transformaram em R$ 305 milhões.

O Rio de Janeiro é o segundo estado com mais negociações na faixa 1, com 181 mil pessoas renegociando R$ 1 bilhão, que se transformaram em R$ 125 milhões. Em terceiro, está Minas Gerais, com 135 mil pessoas beneficiadas e R$ 781 milhões negociados, que foram reduzidos para R$ 111 milhões.

Em relação aos municípios, 30 cidades respondem por 38% das negociações na faixa 1, o equivalente a 614 mil pessoas que viram a dívida cair para R$ 468 milhões após os descontos.

A capital São Paulo apresentou o maior volume negociado, R$ 100 milhões, e 130 mil pessoas. Em seguida aparecem Rio de Janeiro, com R$ 52 milhões e 73 mil pessoas; Brasília, R$ 31 milhões e 39 mil pessoas; Manaus, com R$ 28 milhões e 30 mil pessoas, e Fortaleza, R$ 24 milhões e 34 mil pessoas.

MUDANÇAS

Na quinta-feira passada, o Desenrola Brasil passou a ser acessado também por meio do site da Serasa Limpa Nome. Com a integração entre as plataformas, os usuários logados na plataforma da Serasa já conseguem ser redirecionados para o site do Desenrola, onde é possível consultar as dívidas e fazer os pagamentos nas condições do programa, sem necessidade de um outro login.

Desde o dia 29 de janeiro, as pessoas com perfil bronze no Portal Gov.br podem parcelar as dívidas no Desenrola. Antes, quem tinha o conta desse nível, que tem menos segurança, podia apenas quitar o valor negociado à vista. Com a mudança, a proporção de usuários com login nível bronze subiu de 19% para 40% das negociações diárias.

2023

Telefônica Brasil tem lucro líquido de R$ 1,6 bilhão no 4º trimestre

CIRCE BONATELLI/AE

O lucro líquido da Telefônica Brasil, dona da Vivo, cresceu 42,1% no quarto trimestre de 2023 em relação ao mesmo período de 2022, chegando a R$ 1,601 bilhão.

O salto no lucro está relacionado ao crescimento da receita (principalmente em telefonia móvel) com diluição de custos, proporcionando incremento da margem. O lucro também foi maior devido ao menor peso dos impostos no balanço do trimestre.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) aumentou 9,9% no quarto trimestre, indo a R$ 5,752 bilhões. A margem Ebitda subiu 1,1 ponto porcentual, para 42,5%

A receita operacional líquida da companhia subiu 6,9% no quarto trimestre, totalizando R$ 13,535 bilhões. O desempenho foi puxado pelo segmento móvel, com avanço de 8,4%, enquanto o fixo cresceu 3,5%.

Na linha de 'outras receitas', a companhia apurou R$ 349 milhões, aumento de 15,2%. A linha contou com o efeito positivo da conclusão das negociações com empresas donas de torres referente aos contratos de arrendamento das torres adquiridas da Oi. Isso gerou ganho líquido de ganho líquido de R$ 292 milhões

Os custos totais da operação aumentaram 4,8%, para R$ 7,783 bilhões.

O resultado financeiro (saldo entre receitas e despesas financeiras) gerou uma despesa de R$ 631 milhões, aumento de 4,5%. A linha de depreciação e amortização ficou negativa em R$ 3,504 bilhões, alta de 7,4%.

A linha de impostos teve uma melhora significativa no quarto trimestre, ficando em apenas R$ 13 milhões, decréscimo de 94,5% na comparação anual - a diferença não foi explicada no balanço.

FOLHA DE PAGAMENTOS

Governo continua aberto à negociação da desoneração

CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR/AE

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem, que o governo está aberto a negociar a desoneração da folha de pagamentos. Também afirmou que ainda não foi descartado o envio de um projeto de lei sobre o assunto para substituir a medida provisória já editada.

Padilha deu a declaração no Palácio do Planalto depois de reunião com ministros, representantes do governo no Congresso e o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a agenda do governo no Legislativo em 2024.

O Executivo enviou, no ano passado, uma medida provisória para reonerar as folhas de pagamentos de 17 setores da economia beneficiados com redução de custos trabalhistas. A medida, porém, não foi bem recebida pelo Congresso e corre o risco de não ser aprovada.

A reoneração é parte do plano do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecadação do governo e colocar as contas públicas em dia.

Na segunda-feira passada, Haddad disse a jornalistas que, além da reunião sobre a pauta do governo no Congresso, depois da qual Padilha deu entrevista, ainda haveria nesta terça uma conversa com o presidente sobre a reoneração da folha.

De acordo com a agenda de Lula, o chefe do governo e Haddad terão uma reunião a sós às 16 horas nesta terça.

Padilha falou ao lado do líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, que ficou em silêncio durante a entrevista a jornalistas. Estavam presentes na reunião, de acordo com a agenda de Lula, o vice-presidente Geraldo Alckmin; os ministros Rui Costa (Casa Civil), Fernando Haddad, Márcio Macêdo (Secretaria Geral), Alexandre Padilha (Secretaria Geral) e Paulo Pimenta (Secom); os líderes do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, na Câmara, José Guimarães, e no Senado, Jaques Wagner Além deles, o chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Marcola

PACHECO

O ministro das Relações Institucionais disse ainda nesta terça que o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) está gerando impactos negativos na economia. Segundo ele, o presidente Lula terá uma reunião com o presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobre o assunto ainda nesta semana.

O encontro também deverá incluir debates sobre a reoneração da folha de pagamentos.

Padilha afirmou que a reunião do presidente Lula, ministros e representantes no Congresso concluída nesta terça-feira no Planalto foi para discutir as prioridades do Executivo no Legislativo neste ano.

De acordo com Padilha, a prioridade é consolidar o "equilíbrio econômico".

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 3923-5158 / 96865-1628
publicidade@diariodoacionista.com.br

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

INVESTIMENTOS

BNDES investe R$ 500 milhões em fundo para infraestrutura

JULIANA GARÇON/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a contratação e subscrição de cotas do Pátria Infra Crédito, novo Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) com foco em infraestrutura gerido pelo Pátria Investimentos.

O banco de fomento irá aportar até R$ 500 milhões no FIDC, que também tem entre seus investidores a International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, e o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF). O montante deverá ser investido em projetos dos setores de energia, saneamento, logística e transporte, mobilidade urbana e telecomunicações.

O fundo focará em pequenos e médios projetos de infraestrutura, incluindo projetos greenfield (executados a partir do zero), especialmente no modelo project finance non-recourse, ou seja, projetos nos quais as garantias dadas ao financiador são os ativos do próprio projeto e os fluxos de caixa esperados no futuro, sem necessidade de carta de fiança.

O principal diferencial do fundo sobre outras estruturas de financiamento é a capacidade de estruturação dos projetos com maior flexibilidade, como, por exemplo, a possibilidade de assumir prazos longos, bem como o risco da construção, sem necessidade de fiança bancária ou aval corporativo, ao utilizar estruturas de amortização que casem com o fluxo de caixa e/ou outros financiamentos do projeto.

"Historicamente, o BNDES é um dos principais provedores de recursos para o investimento em infraestrutura no Brasil, dada a importância desse setor para o desenvolvimento econômico do País e melhoria da qualidade de vida dos brasileiros", afirma a diretora de Mercado de Capitais e Finanças Sustentáveis do Banco, Natália Dias.

"Nesse contexto, o investimento no Pátria Infra Crédito FIDC tem potencial de ampliar ainda mais a atuação do BNDES no financiamento ao setor, em especial, no apoio a pequenos e médios projetos que apresentam maior dificuldade de acesso a estruturas tradicionais de financiamento e ao mercado de capitais", complementa a diretora.

Dias avalia ainda que outro diferencial do fundo - e fator fundamental na decisão de alocação de recursos por parte da BNDESPAR - foi "a alocação prioritária em setores alvo do PAC, incentivando a alocação de capital de impacto e cobrindo companhias com menor visibilidade de mercado".

O fundo foi selecionado por meio de chamada pública promovida pelo BNDES para seleção de fundos de investimento com foco em infraestrutura.

BALANÇO

Gerdau registra lucro líquido de R$ 732 milhões no 4º trimestre

JORGE BARBOSA/AE

A Gerdau registrou lucro líquido de R$ 732 milhões no quarto trimestre de 2023, queda de 45,1% em relação ao mesmo período de 2022 e recuo de 54% ante os três meses imediatamente anteriores, informou a empresa em seu release de resultados na noite de ontem.

Se considerado o ano de 2023, a empresa apurou R$ 6,9 bilhões de lucro líquido, 40,9% menor ante o registrado em 2022, reflexo, segundo a companhia, de menores volumes das vendas nas operações de negócios e, principalmente, pela forte base de comparação do ano 2022, quando a siderúrgica registrou o segundo maior lucro líquido ajustado de sua história.

O Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ajustado da Gerdau atingiu R$ 2,039 bilhões e caiu 43,8% na comparação anual, sendo menor em 39,1% no intervalo trimestral.

Segundo relatório de resultados da companhia, o resultado é explicado, principalmente, por menores volumes de entregas nas operações e pelas questões econômicas na Argentina (operação de negócios da América do Sul).

"A Gerdau sustentou níveis saudáveis de rentabilidade, resultado da transformação da companhia ao decorrer dos anos para se tornar cada vez mais resiliente e adaptada ao cenário externo por meio de um portfólio de produtos mais equilibrado", afirmou a empresa.

A receita líquida da Gerdau no período totalizou R$ 14,716 bilhões, queda de 18,1% em relação ao mesmo período de 2022 e 13,8% menor quando comparado ao terceiro trimestre de 2023.

A empresa avalia que o recuo sobre o período foi influenciado pelo menor volume vendido e pelos impactos da operação na Argentina, em função da desvalorização cambial ocorrida em dezembro.

PETROQUÍMICA

Petrobras quer dividir gestão da Braskem com novo sócio

ALANA GANDRA/ABRASIL

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, voltou a manifestar ontem interesse da companhia em dividir a gestão da petroquímica Braskem.

A petrolífera detém 36,1% do capital total da petroquímica. Já a Novonor (ex-Odebrecht) tem 38,3% do capital. A Novonor se encontra em recuperação judicial e precisa vender sua parte na Braskem para pagar dívidas estimadas em cerca de R$ 15 bilhões.

Segundo Prates, a Petrobras, neste momento, é uma observadora do processo, não sendo vendedora ou compradora da parte da Novonor.

"Nós estamos observando o processo e tentando, em algumas conversas, paralelamente, sem influenciar o processo, conhecer quais são os potenciais parceiros que poderão ser nossos sócios, em igualdade de condições no novo arranjo societário", disse.

Na semana passada em visita à Índia e ao Oriente Médio, Prates reuniu-se com a Abu Dhabi National Oil Company (Adnoc), empresa interessada em ingressar no controle acionário da Braskem.

"A conversa com a Adnoc é uma conversa geral com a Petrobras sobre várias coisas, inclusive a petroquímica. E aí entra a Braskem, porque eles fizeram uma proposta pela Braskem. Mas é uma conversa de futuro. São conversas, realmente, de alto nível com muita inteligência, voltada para o futuro", afirmou, acrescentando que cabe à Novonor falar publicamente sobre negociações.

O presidente da petrolífera reconhece que a Petrobras pode ser um elemento decisivo para um desfecho do negócio, porém não pretende exercer o direito de preferência, e sim ter um novo sócio.

COMBUSTÍVEIS

Sobre reajuste no preço da gasolina e do diesel, Jean Paul Prates disse que "não há razão, no momento, para se mexer em preços de combustíveis".

Segundo ele, a empresa realiza um acompanhamento diuturno dos mercados para resguardar o "mercado brasileiro das oscilações desnecessárias".

Prates participou, no Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes), na Ilha do Fundão, da apresentação da fase piloto de tecnologia para aumentar a eficiência e descarbonização da produção de petróleo, no campo de Mero, localizado no pré-sal.

ANTT

240 mil empresas de transporte não atualizaram registros

LUIZ ARAÚJO/AE

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) informa em balanço feito ontem que apenas 45 mil das 285 mil empresas transportadoras de cargas brasileiras fizeram a Revalidação Ordinária do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC). O não cumprimento da revalidação pode resultar na suspensão do RNTRC e na aplicação de multas.

"A fiscalização é feita pela ANTT nas operações e por meio eletrônico, no momento da emissão dos documentos fiscais de transporte (CT-e e MDF-e). A situação é preocupante pois mais de 240 mil empresas de transportes de cargas poderão ter o registro suspenso", afirma o superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário e Multimodal de Cargas da ANTT, José Amaral.

Os prazos para concluir a atualização variam dependendo da categoria. Para a categoria Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC), a data final é a próxima segunda-feira, 26. Já para a categoria Transportador Autônomo de Cargas (TAC), o prazo vai até 22 de março deste ano.

INFRAÇÕES

As infrações estão previstas no Art. 19 da Resolução Nº 5.982, que prevê multa de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), por ocorrência, para os que não atualizarem as informações cadastrais ou deixarem de proceder à revalidação ordinária dos dados cadastrais, independente do transportador realizar ou não operação de transporte. Já no caso do Transportador Rodoviário Remunerado de Cargas (TRRC) sem inscrição no RNTRC ou com inscrição pendente, suspensa ou cancelada, está prevista multa de R$ 3.000,00 (três mil reais) para os que forem contratados ou que efetuarem o transporte da carga por terceiros, mediante remuneração.

PORTARIA

Os procedimentos para a Revalidação Ordinária foram regulamentados pela Portaria SUROC Nº 220 de 23 de dezembro de 2022. A ANTT realizará a atualização dos dados cadastrais e a verificação dos requisitos para a manutenção no RNTRC de forma automatizada.

CARBONO

Em 2028, Petrobras começará a separar petróleo do CO2 no 'fundo do mar'

VITOR ABDALA/ABRASIL

A Petrobras anunciou ontem que iniciará, no prazo de quatro anos, a fase piloto de um novo projeto de reinjeção, no subsolo, de dióxido de carbono (CO2) retirado de campos petrolíferos. A inovação da nova tecnologia, chamada de projeto Hisep, em relação a outros processos de reinjeção é que a separação entre o óleo e o gás carbônico ocorre no fundo do mar e não na plataforma.

A fase piloto será implantada no pré-sal do campo de Mero, na Bacia de Santos. Depois de testar a tecnologia em laboratório, a Petrobras fará a contratação para montagem dos equipamentos submarinos que farão a separação e a reinjeção do gás. O investimento total do início da pesquisa, em 2014, até o início da fase piloto, em meados de 2028, deve chegar a US$ 1,7 bilhão

O CO2 é um gás que está associado ao óleo nos reservatórios subterrâneos. Ao extrair o petróleo, grande parte do gás é lançado na atmosfera.

A Petrobras já reinjeta, no subsolo, parte dele. A ideia é que, com o projeto Hisep, o percentual de reinjeção aumente. A tecnologia prevê a liquefação do CO2 através de equipamentos submarinos que elevam a pressão sobre o gás. Em forma líquida, o dióxido de carbono é reinjetado no subsolo, evitando sua dispersão na atmosfera.

DESCABONIZAÇÃO

"Descarbonizar a atividade do petróleo é fundamental para a transição energética, porque faz com que a gente consiga, ainda por necessidade, utilizar hidrocarbonetos, petróleo e gás, no nosso dia a dia - por um bom tempo, vamos ter que fazê-lo - só que com um impacto mitigado", afirmou o presidente da estatal, Jean Paul Prates.

Segundo ele, a Petrobras vem buscando fazer uma transição energética de forma responsável, ao mesmo tempo em que lida com pressões divergentes em relação ao ritmo dessas mudanças. Ele explica que alguns setores da sociedade exigem mais rapidez no processo, enquanto outros demandam mais lentidão.

De acordo com o diretor de Engenharia, Tecnologia e Inovação da Petrobras, Carlos Travassos, o projeto também pode proporcionar redução de custos em relação às plataformas

"Boa parte da planta de processo [na plataforma de petróleo], cerca de 65%, é dedicada à separação e à injeção de gás. Quando eu uso o HISEP, eu passo essa operação lá para baixo [fundo do mar]. Com uma redução de 65% no peso e espaço [da plataforma], a gente espera uma redução de custo significativa".

Além disso, com a redução do custo na separação e reinjeção do dióxido de carbono, é possível começar a extrair petróleo de campos que hoje não são economicamente viáveis, devido ao alto teor de CO2 do reservatório. Outro ponto positivo, segundo Travassos, é reduzir a exposição de funcionários ao risco, já que retira o processo da planta da plataforma.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2023

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 119/2023 no dia 04/03/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ATROPINA, SULFATO 5 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML; ATROPINA, SULFATO 10 MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA, FRASCO 5 ML; BACILLUS CLAUSII 2 BILHÕES /5 ML SUPENSÃO ORAL, FLACONETE 5 ML e etc.) Processo nº. 33409.010426/2023-32. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SAFRA

Colheita de soja 2023/2024 atinge 29,4% da área no Brasil, mostra Conab

ISADORA DUARTE/AE

A colheita da safra brasileira de soja 2023/24 atingia 29,4% da área plantada no País no sábado, passado, informou a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em levantamento semanal de progresso de safra. O avanço é de 6,4 pontos porcentuais na comparação anual e de 8,5 pontos porcentuais em uma semana.

Entre os Estados que estão retirando a oleaginosa do campo, Mato Grosso tem os trabalhos de campo mais avançados, com 61,3% da área colhida.

Apenas Rio Grande do Sul e Piauí ainda não iniciaram a colheita da safra. O plantio da oleaginosa 2023/24 foi concluído no País

O cultivo de milho verão do ciclo 2023/24 alcançava no sábado passado 98,3% da área estimada para o Brasil, avanço de 1 ponto porcentual na semana e 1,1 ponto porcentual atrás do reportado no período equivalente da temporada anterior. Apenas Maranhão (95%) e Piauí (88%) ainda cultivam as lavouras da primeira safra de verão.

A colheita da primeira safra de milho alcançou 21,4% da área plantada no País, avanço de 2,8 pontos porcentuais na semana e de 7,5 pontos porcentuais entre as temporadas. Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Minas Gerais começaram a retirada do cereal do campo, com, respectivamente, 59%, 32%, 40%, 15% e 1% da área colhida.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 81/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 81/2023 no dia 04/03/2024 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos (ACETAZOLAMIDA 5 MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60 ML FORMULAÇÃO PEDIÁTRICA, ÁCIDO NÍTRICO 7%, FRASCO 1L, ÁCIDO URSODESOXICÓLICO 5 MG/ML SOLUÇÃO OU SUSPENSÃO ORAL, FRASCO 60 ML FORMULAÇÃO PEDIÁTRICA e etc) Processo nº. 33409.004808/2023-27. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

VERÃO: Sol com pancadas de durante o dia e da noite. Manhã Tarde Noite 27º 19º 85% 05:56 18:41

CARNAVAL

São Paulo lidera violências cometidas contra crianças

São Paulo foi o estado com o maior número de casos de violências cometidas contra crianças e adolescentes durante o carnaval. De acordo com balanço do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, divulgado na segunda-feira, foram 1.596 denúncias no estado feitas por meio do Disque 100, serviço da pasta.

Também no topo, mas em segundo lugar na lista, aparece o Rio de Janeiro, com 508 denúncias. Em terceiro e quarto lugares, estão Minas Gerais e Bahia, respectivamente, com 367 e 236 casos notificados por meio do canal do governo federal.

O ministério destacou os casos de negligência como os que mais marcaram o período, entre todos os tipos de violência em que menores de idade são vítimas. Ao todo, o Disque 100 recebeu 3.654 denúncias relacionadas a tal situação, contra 2.370 do carnaval de 2023, um aumento de mais de 54%.

As denúncias de maus-tratos também cresceram de um ano para o outro. No carnaval de 2023, houve registro de 2.003 casos, enquanto, neste ano, o total foi de 2.374. Os casos em que se submeteu a saúde de crianças e adolescentes a riscos foram outra estatística em que se observou piora, já que se constatou um aumento de 13% nas notificações feitas à central do ministério.

As principais vítimas das violações no período foram crianças de 7, 10 e 5 anos de idade. Assim como a violência contra mulheres, o que se verifica é a relação entre autor e vítima da agressão e local onde é praticada. Durante o carnaval, 15,4 mil violações ocorreram na residência do suspeito ou da suspeita e 6,3 mil violações na casa da vítima.

Nota

CHUVA FORTE FAZ SIRENE DE EVACUAÇÃO SER ACIONADA EM SÃO SEBASTIÃO

As fortes chuvas que atingem o município de São Sebastião, no litoral norte do estado, fizeram com que a sirene para evacuação da Vila Sahy fosse acionada. Há um ano, 64 pessoas morreram em deslizamentos no município. A maioria delas estava na vila. O equipamento que alerta sobre necessidade de evacuação foi instalado em dezembro. De acordo com a Defesa Civil estadual, às 17h15, o pluviômetro na vila atingiu a marca de 54 milímetros (mm) de acumulado de chuva em um hora. "Considerando o protocolo de acionamento, que prevê 45mm de acumulado em 1 hora, o Centro de Gerenciamento de Emergências da Defesa Civil estadual alertou a Defesa Civil Municipal que realizou o acionamento da sirene para evacuação da comunidade", diz comunicado da Defesa Civil estadual. O plano de contingência municipal também foi acionado.

DENGUE

Mais sete municípios de SP começam vacinação

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Mais sete cidades da região do Alto Tietê, no estado de São Paulo, deram início à imunização contra a dengue ontem. Ao todo, 11 cidades da região serão contempladas nesta primeira etapa da vacinação, que começou segunda-feira no estado, no município de Itaquaquecetuba.

Ontem começa a aplicação em Guarulhos, Arujá, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Mogi das Cruzes, Santa Isabel e Suzano, conforme informações divulgadas pelas prefeituras. O público-alvo são crianças de 10 e 11 anos, conforme diretriz do Programa Nacional de Imunizações, definido pelo Ministério da Saúde.

Além dos documentos de identificação pessoal da criança e do responsável, é preciso apresentar comprovante de endereço no município, assegurando que a campanha alcance prioritariamente os moradores locais.

O imunizante Qdenga, da farmacêutica Takeda, é uma vacina tetravalente, que protege contra os quatro sorotipos do vírus da dengue (DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4). O esquema vacinal é composto por duas doses com intervalo de três meses entre elas.

CIDADES

Guarulhos recebeu 34.270 doses do imunizante, que estão disponíveis em 24 Unidades Básicas de Saúde (UBS) e no Ambulatório da Criança e do Adolescente. Os endereços das UBS podem ser consultados no site da prefeitura. Já o Ambulatório da Criança fica na rua Osvaldo Cruz, 151, Centro.

Arujá recebeu 2.343 doses, que estão sendo aplicadas em todas as UBS da cidade, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h, além do Centro de Especialidades Médicas (CEM).

Ferraz de Vasconcelos recebeu 4.994 doses e terá quatro polos da vacinação nas seguintes UBSs: CSII, Santo Antônio, Vila Margarida e Vila São Paulo. A vacinação ocorrerá das 8 às 16h.

Guararema, que recebeu 800 doses, terá início da aplicação nas escolas da rede municipal de ensino, em crianças cujos pais autorizaram a aplicação. Já na Unidade Temporária de Saúde e no Centro de Especialidades de Saúde e Apoio à População, o atendimento será realizado a partir de quarta-feira (21), em dias úteis, das 8h às 16h.

Mogi das Cruzes recebeu 12.143 doses da vacina a serem aplicadas em cinco unidades de saúde, de segunda a sexta-feira, das 9h às 15h. São elas, as UBSs Braz Cubas, Ponte Grande, Vila Natal, Vila Nova Aparecida e USF Nova Jundiapeba. Nesta primeira semana, a vacinação também ocorre no sábado (24).

Santa Isabel recebeu 1.423 doses da vacina, que serão aplicadas em todas as unidades de saúde do município. Além das unidades de saúde, a vacinação também está prevista para ocorrer nas escolas, com o cronograma a ser divulgado em breve.

Suzano, que recebeu 8.409 doses, terá vacinação de até sexta-feira, das 8h às 16h, em todos os 24 postos de saúde da cidade. A prefeitura ressaltou ainda que são requisitos não ter contraído dengue nos últimos seis meses, não ter apresentado doença febril aguda nas últimas 24 horas, não ser uma criança imunodeprimida que tenha HIV sem tratamento e não realizar tratamento de quimioterapia ou fazer uso de medicamentos imunobiológicos.

PRÓXIMOS DIAS

Biritiba Mirim, com 821 doses da vacina, começará a aplicação na amanhã. Alunos da rede de ensino municipal e privada, com faixa etária de 10 e 11 anos, receberão um termo de autorização para que os responsáveis assinem e liberem a aplicação da vacina contra dengue. Nesta fase, o imunizante será aplicado na própria escola.

Poá, que recebeu 2.834 doses, começa a vacinação hoje. A ação acontecerá nas escolas públicas municipais, estaduais e particulares, mediante envio do termo de consentimento assinado pelos pais ou responsáveis e a partir da região com maior incidência endêmica. A campanha segue até 7 de março, quando a vacinação será realizada na UBS Calmon Viana, mediante a disponibilidade de doses.

Salesópolis, com 419 doses, tem previsão de início das aplicações nesta quinta-feira (22) para estudantes de escolas e, na semana que vem, em unidades de saúde.

ENTENDA

Ao todo, 521 cidades de 16 estados, além do Distrito Federal, foram selecionadas pelo Ministério da Saúde para iniciar a campanha de vacinação contra a dengue em fevereiro. Os municípios compõem um total de 37 regiões de saúde que, segundo a pasta, são consideradas endêmicas para a doença.

ELEIÇÃO 2024

Agenda de Boulos e Marta prevê reunião com indígenas e empresários

ALEX BRAGA/AE

O pré-candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) e a pré-candidata a vice Marta Suplicy (PT) farão amanhã, a primeira agenda de rua conjunta. A dupla terá um dia de atividades no bairro de Parelheiros, na zona sul da capital paulista.

As equipes dos dois políticos estão estruturando os detalhes da programação, que deve começar no meio da manhã e se estender até o fim da tarde.

Até o momento, de acordo com a assessoria de Boulos, três atividades estão preparadas. A primeira é um encontro com indígenas moradores da região. A segunda é uma reunião com comerciantes e empresários.

A última é um plenária com a militância. Neste momento deve haver discursos dos pré-candidatos e de outras lideranças políticas locais. Marta e Boulos também devem participar de um plantio de árvore no bairro.

As eleições municipais serão realizadas no dia 6 de outubro. Eventual segundo turno deve ocorrer no último domingo do mês (dia 27). Definidas as candidaturas, os partidos têm até 15 de agosto para registrar os nomes na Justiça Eleitoral.

A propaganda eleitoral só pode ser feita a partir de 16 de agosto. Até lá, qualquer publicidade ou manifestação com pedido explícito de voto pode ser considerada irregular e é passível de multa por parte do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

VOLTA AO PT

Quando deixou o PT, em 2015, Marta se disse constrangida com o "protagonismo" da legenda em "um dos maiores escândalos de corrupção que a nação brasileira já experimentou". Ela também votou a favor do impeachment de Dilma Rousseff.

Foi Lula quem convenceu Marta a retornar ao PT agora. O presidente insistiu na volta de Marta para ao PT, apesar de alguns dirigentes partidários inicialmente resistirem ao movimento, porque considerava que ela seria importante na chapa. No início de janeiro, o presidente chamou a ex-prefeita para uma conversa no Palácio do Planalto. Após o encontro, Marta topou voltar ao PT com a missão de ocupar a vice na chapa encabeçada por Boulos.

Para isso, porém, ela precisou deixar o comando da Secretaria Municipal Relações Internacionais da gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB), que tentará a reeleição e tende a ser o principal adversário de Boulos na disputa pela Prefeitura. Marta justificou a troca de partido alegando que não poderia estar do mesmo lado que o bolsonarismo, em alusão ao fato de Nunes buscar o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) na eleição.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 47ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 47ª Emissão da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), **H.COMMCOR DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano nº 960, 14º andar, conjuntos 141 e 142, Itaim Bibi, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 01.788.147/0001-50 ("Agente Fiduciário") e **LT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de Luís Correia, Estado de Piauí, na Avenida Antonieta Reis Veloso, S/N, Bairro Dunas, CEP 64220-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ**") sob o nº 34.828.524/0001-97 ("Tomador"), em consonância com o disposto na cláusula 14.3.2 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários para Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários, em Série Única, da 47ª Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1º (primeira) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("AEI"), a realizar-se no dia 11 de março de 2024, às 10:00 (dez) horas, de modo exclusivamente digital. A AEI será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital *Microsoft Teams*, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AEI será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) a fim de se evitar o já existente descasamento de fluxo de caixa da obra e do mecanismo de liberação do Fundo de Obras, autorizar, a partir da aprovação deste item, a Securitizadora a liberar recursos do Fundo de Obras no montante de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais) à Devedora, sem que seja alterado o mecanismo de liberação dos recursos do Fundo de Obras previsto nas Cláusulas 5.9 e seguintes do Instrumento de Emissão, o qual deverá seguir normalmente no mês posterior à liberação prevista neste item; (ii) aprovar a extinção do Fundo de Amortização, previsto no *Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais, com Garantias Reais e Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da LT Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.*, firmado em 15 de junho de 2023 ("Instrumento de Emissão) e no Termo de Securitização, e a consequente transferência dos recursos nele presentes para o Fundo de Obras, bem como a exclusão de quaisquer menções ou mecanismos relacionados ao Fundo de Amortização nos Documentos da Operação; (iii) caso aprovado o item "ii" acima, aprovar a possibilidade de que os recursos do Fundo de Obras sejam utilizados, subsidiariamente e a critério da Securitizadora, para recomposição do Fundo de Reserva, casos os valores deste último se tornarem inferiores ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva; (iv) caso aprovado o item "ii" acima, aprovar a alteração da redação da Cláusula 9.2.5 do Instrumento de Emissão, a fim de retirar a previsão de que os valores do Fundo de Amortização sejam utilizados para a amortização extraordinária do saldo devedor destas Notas Comerciais após a emissão do "Habite-se" do Empreendimento Imobiliário; (v) caso aprovado o item "ii" acima, aprovar a alteração do cálculo do Índice de Liquidez das Garantias, prevista na Cláusula 6.1.1 do Instrumento de Emissão e na Cláusula 5.1 do Contrato de Cessão Fiduciária, a fim de não prever no cálculo os recursos presentes no Fundo de Amortização, bem como para alterar a porcentagem do estoque para 70%, conforme nova fórmula abaixo:

"

$$ILG = \frac{VP\,(CIT_{T1}) + 70\% * (Estoque) + FR}{SD_{CRI} + RO - FO} \geq 130\%$$

Sendo: ILG = Índice de Liquidez de Garantias. VP = Valor presente à taxa de remuneração dos CRI. CIT_T1 = Direitos Creditórios Elegíveis. Estoque: Soma dos valores relativos às unidades em estoque, disponíveis para comercialização em cada Data de Apuração (segundo último Relatório de Monitoramento, a ser atualizado semestralmente, todo dia 10 de cada mês, pelo Servicer, às expensas da Emitente, considerando o preço médio de m² das comercializações das demais unidades do Empreendimento Imobiliário dos últimos seis meses, acrescido dos valores das unidades cujos Direitos Creditórios não se enquadrarem como Direitos Creditórios Elegíveis, descontado o valor já pago pelos respectivos Adquirentes. FR = Valor correspondente aos recursos constantes no Fundo de Reserva. FO = Valor correspondente aos recursos constantes no Fundo de Obras. RO = Valor remanescente de obras, conforme indicado pelo Servicer. SD_{CRI} = saldo devedor atualizado dos CRI. " (vi) caso aprovado o item "v" acima, aprovar a inclusão da Cláusula 6.1.1 do Instrumento de Emissão e Cláusula 5.1.2 do Contrato de Cessão Fiduciária, as quais passarão a vigorar com a seguinte redação: *"[6.1.2] [5.1.2] Caso o Índice de Liquidez de Garantias seja correspondente ao intervalo entre 120% (cento e vinte por cento) e 129,99% (cento e vinte nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) as liberações do Fundo de Obras poderão continuar ocorrendo, porém deverá ser convocada Assembleia Especial para deliberar sobre eventual Vencimento Antecipado;* (vii) caso aprovado o item "ii" acima, aprovar que a Ordem de Utilização do Excedente, prevista no Instrumento de Emissão, seja alterada, a fim de que, antes da emissão do "Habite-se" do Empreendimento, os 50,00% (cinquenta por cento) do Excedente anteriormente destinados à composição do Fundo de Amortização sejam destinados à composição do Fundo de Obras; (viii) se aprovado o item "ii" acima, aprovar a inclusão do item (x) na Ordem de Pagamentos presente na Cláusula 17.1 do Termo de Securitização, para prever o enquadramento do Índice de Liquidez de Garantias em 130% (cento e trinta por cento), conforme a sugestão da alteração da cláusula a seguir: *"17.1. Ordem de Pagamentos: A partir da primeira Data de Integralização dos CRI e até que ocorra a liquidação integral dos CRI, a Securitizadora obriga-se a utilizar os recursos financeiros decorrentes de quaisquer pagamentos relacionados à emissão das Notas Comerciais, obrigatoriamente, na seguinte ordem de alocação de recursos, conforme devidos e/ou necessários nas datas em que a Securitizadora for realizar quaisquer pagamentos aos Titulares dos CRI: (...). (x) reenquadramento do Índice de Liquidez de Garantias (conforme definido no Instrumento de Emissão das Notas Comerciais), se aplicável."* (ix) aprovar a autorização para que o Cronograma Indicativo presente no Anexo II ao Instrumento de Emissão seja substituído por versão mais atualizada, conforme a indicada no Anexo A deste Edital; (O Anexo A está disponível no Edital publicado no site da Emissora); (x) aprovar a correção da remuneração do Auditor conforme definido no Instrumento de Emissão) indicado na tabela de Despesas Recorrentes presente no Anexo II ao Instrumento de Emissão, onde constou R$ 400,00 (quatrocentos reais), sendo o correto R$ 4.000,00 (quatro mil reais); (xi) aprovação para prorrogação do prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da realização desta Assembleia, para a elaboração, assinatura, protocolo e registro dos Aditamentos aos Documentos da Operação, conforme as Deliberações aprovadas na Assembleia Especial dos Investidores realizada em 14 de novembro de 2023; e (xii) autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens deliberados, bem como aditamento aos Documentos da Operação que forem necessários. Instruções Gerais: A AEI será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AEI para o e-mail fiduciario@commcor.com.br, com cópia para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AEI – CRI VISTAMAR", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AEI. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br – Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AEI. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo, 19 de fevereiro de 2024.

Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição

ABUSO DE NETAS

TJ mantém condenação de ex-vice do PL por 1.938 estupros

RAYSSA MOTTA
E FAUSTO MACEDO/AE

O Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a condenação do ex-presidente da Câmara de Suzano (Grande São Paulo) e ex-vice-presidente do Partido Liberal (PL) no Estado, José Renato da Silva, por abusar sexualmente de duas netas.

O desembargador Zorzi Rocha negou um recurso da defesa e ainda mandou expedir um mandado de prisão para o cumprimento da pena. A decisão foi confirmada pela 6ª Câmara de Direito Criminal.

O advogado Denis Souza do Nascimento, que representa o político, informou ter conseguido um habeas corpus no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Segundo a defesa, José Renato poderá aguardar a conclusão do processo em liberdade.

Na primeira instância, o ex-presidente do PL em São Paulo foi condenado a 40 anos de prisão inicial em regime fechado. Ele foi acusado de abusar primeiro da filha, quando ela tinha 6 anos, e depois das netas, a partir da mesma idade. A rotina de abusos das meninas, segundo a denúncia do Ministério Público, durou quase dez anos (2012 a 2021).

A versão das meninas é parecida. Elas relataram toques nas partes íntimas, pedidos de carinho na região genital, penetração, tudo tratado como uma "brincadeira" que deveria ser mantida entre o avô e as netas.

Os abusos chegaram ao conhecimento da família pela escola. A mãe, que também afirma ter sido vítima de Silva, disse em depoimento que "bloqueou" memórias da infância e que acreditava que os abusos teriam acontecido apenas com ela.

Além dos depoimentos das vítimas, a denúncia foi acompanhada de mensagens, trocas de e-mail e laudos psicólogos.

Em seu interrogatório, Silva confessou parte dos crimes. Ele reconheceu "excessos" com uma das netas e afirmou que procurou acompanhamento psicológico. Em uma troca de e-mails com a filha, ele também admite que "num momento insano fiz coisas que jamais sairá de nossa memória (sic)".

As netas fazem acompanhamento psiquiátrico e foram diagnosticadas pelo perito do Judiciário com sociabilidade prejudicada por conta dos abusos e sintomas depressivos. Uma delas chegou a ser hospitalizada.

O juiz José Eugênio Do Amaral Souza Neto, do Anexo de Violência Doméstica e Familiar de Suzano, que assina a sentença de primeira instância, concluiu que Silva cometeu 3.734 crimes. O cálculo considera o intervalo de tempo dos abusos e a média de encontros do avô com as netas no período.

ACIDENTE

Aeronave cai perto de supermercado em Barueri

ÍTALO LO RE/AE

Uma aeronave de pequeno porte caiu no fim da tarde de ontem, em área de mata nos arredores de um supermercado em Barueri, cidade da região metropolitana de São Paulo. Sete ocupantes, entre eles duas crianças, se feriram, mas não há registro de mortes.

Conforme informações preliminares do Corpo de Bombeiros, seis delas foram encaminhadas para um pronto-socorro na região, enquanto o piloto foi levado para o Hospital das Clínicas, na zona oeste da capital paulista. A ocorrência foi registrada por volta de 16h22. A corporação afirmou que o acidente ocorreu na Avenida Marco, bem próximo ao supermercado Hugão Atacado & Varejo.

Ainda não se sabe qual era o tipo de aeronave.

SAÍDA TEMPORÁRIA

Senado aprova projeto que acaba com 'saidinha' de presos

LEVY TELES/AE

O Senado Federal aprovou, por 62 votos favoráveis, dois votos contra e uma abstenção, um projeto de lei que proíbe a "saidinha", benefício que permite a saída temporária de presos em datas comemorativas. A matéria agora voltará para a Câmara dos Deputados, que terá que apreciar as emendas feitas ao texto antes de ele ser encaminhado para sanção ou veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A autorização é dada aos detentos que tenham cumprido ao menos um sexto da pena, no caso de primeira condenação, e um quarto, quando reincidentes. As "saidinhas" ocorrem até cinco vezes por ano e não podem ultrapassar o período de sete dias.

Uma das alterações em relação ao texto que veio da Câmara foi proposta pelo senador Sérgio Moro (PL-PR). Ele apresentou uma emenda ao relator da proposta, Flávio Bolsonaro (PL-RJ) (**foto**), para permitir o benefício aos presos que frequentarem cursos supletivos profissionalizantes, ensino médio ou superior. A emenda foi acatada por Flávio.

Uma das principais discussões ocorreu em torno de um destaque do senador Fabiano Contarato (ES), líder do PT na Câmara. Ele pede para que presos por crimes hediondos e inafiançáveis, como tortura, tráfico de entorpecentes, terrorismo, lei de segurança nacional, crimes hediondos e racismo também sejam alvo da restrição das "saidinhas".

Argumentando que os golpistas detidos pelos ataques aos Três Poderes no 8 de Janeiro, seriam atingidos, o relator, Flávio Bolsonaro, foi contrário. "Peço às senhoras e aos senhores senadores, não vamos trazer essa discussão do 8 de Janeiro, que é o que esse destaque quer. A sociedade espera de nós seriedade", afirma.

Contarato rebateu que a lei não retroagiria para afetar o réu, e, portanto, não afetaria os presos do 8 de Janeiro. "Essa vedação aqui não vai atingir o dia 8, podem ficar tranquilos. É só daqui para frente", afirmou o senador.

A proposta também prevê a exigência de exames criminológicos para a progressão de regime penal e o monitoramento eletrônico obrigatório dos detentos que passam para os regimes semiaberto e aberto. O exame avalia "autodisciplina, baixa periculosidade e senso de responsabilidade".

Oposicionistas foram os que mais falaram no plenário do Senado. "As saidinhas no feriado têm que acabar, gerando tantos problemas para os indivíduos e para a sociedade", afirmou Moro.

"Nós vamos manter esses criminosos longe da sociedade", disse Ciro Nogueira (PI), líder do PP na Casa, que parabenizou o relator da proposta na Câmara, o atual secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, que esteve presente no Senado ontem e acompanhou a votação.

JEFFERSON RUDY/AGÊNCIA SENADO

Contarato foi o único senador petista a comentar o tema. Ele liberou a bancada, pediu desculpa aos colegas do partido que eram contrários à proposta, mas reforçou seu posicionamento favorável ao projeto e disse apoiar pessoalmente o texto do relator, Flávio Bolsonaro.

O PT, o governo e a bancada feminina foram os únicos partidos que não orientaram voto favorável ao projeto e liberaram suas bancadas para votação.

"Não tem muito sentido fazer uma orientação que vai fazer contraposição a partidos da nossa base", disse Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado. "A única coisa que me sobra é liberar a bancada do governo. Não gosto da ideia de liberar, mas também não vou confrontar com todos os líderes que já encaminharam."

Omar Aziz (PSD-AM) fez um apelo para que Lula não vete a proposição. "Vai ficar um negócio muito estranho", afirma. Em resposta, Wagner disse que não há orientação para veto do presidente.

Depois de o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), discursar na sessão de reabertura do Congresso Nacional, no começo deste mês, e indicar a pauta da segurança pública como uma das prioridades da Casa, a proposta avançou com celeridade.

Logo no dia 6, em acordo com o governo, a oposição garantiu a aprovação do projeto em votação simbólica, na Comissão de Segurança Pública.

A matéria então foi para votação em regime de urgência, no plenário do Senado, escapando a votação na Comissão de Constituição e Justiça, agora sim com protesto de governistas.

Senadores como Paulo Paim (PT-RS), Jorge Kajuru (PSB-GO), Zenaide Maia (PSD-RN) e Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) chegaram a votar contra o requerimento de urgência para que a CCJ pudesse analisar.

TENTATIVA DE GOLPE

Barroso nega pedido de Bolsonaro para afastar Moraes de inquérito

RAYSSA MOTTA/AE

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para afastar o ministro Alexandre de Moraes da relatoria do inquérito do golpe.

Para Barroso, a defesa do ex-presidente não conseguiu comprovar que Moraes foi parcial ou que o ministro tem interesse na investigação.

"Não houve clara demonstração de qualquer das causas justificadoras de impedimento, previstas, taxativamente, na legislação de regência", escreveu o presidente do STF. "Não são suficientes as alegações genéricas e subjetivas, destituídas de embasamento jurídico."

A decisão é um recado claro de que o STF chancela a atuação de Alexandre de Moraes nos inquéritos que atingem Bolsonaro e seus aliados mais próximos. O ministro está à frente das investigações mais sensíveis sobre o ex-presidente.

A defesa de Bolsonaro havia pedido que a investigação fosse redistribuída e todas as decisões tomadas por Moraes anuladas por falta de imparcialidade. A Polícia Federal descobriu que o ministro foi monitorado clandestinamente e que bolsonaristas envolvidos na trama golpista queriam a prisão dele.

O posicionamento do presidente do STF vem no mesmo dia em que chegou ao fim a queda de braço entre Alexandre de Moraes e a defesa de Bolsonaro em torno do depoimento do ex-presidente na investigação.

Os advogados de Bolsonaro avisaram, em um primeiro momento, que ele só falaria depois de ter acesso a conversas obtidas pela PF no inquérito. O ministro reagiu e manteve o depoimento na próxima quinta-feira, alegando que não cabe ao ex-presidente, na condição de investigado, decidir quando vai depôr. A defesa então avisou que Bolsonaro vai ficar em silêncio e pediu liberação para que ele não compareça à PF, já que não vai responder às perguntas do delegado. Moraes, irredutível, comunicou que a presença é obrigatória.

Advogados do ex-presidente também estão à frente de uma ação movida pelo PP para tentar tirar Moraes do caso das joias. O partido afirma que o inquérito não poderia ter sido aberto por iniciativa do ministro, sem antes ouvir a Procuradoria-Geral da República (PGR). Também alega que Moraes não é imparcial e que o caso deveria tramitar na primeira instância.

Vieira rebate chanceler de Israel que criticou Lula: 'revoltante'

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, criticou o chanceler do governo israelense, Israel Katz, por declarações dadas nos últimos dias sobre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Vieira classificou como "insólito e revoltante" a forma como Katz se referiu a Lula.

"Uma Chancelaria dirigir-se dessa forma a um Chefe de Estado, de um país amigo, o Presidente Lula, é algo insólito e revoltante. Uma Chancelaria recorrer sistematicamente à distorção de declarações e a mentiras é ofensivo e grave. É uma vergonhosa página da história da diplomacia de Israel, com recurso a linguagem chula e irresponsável", disse o ministro ontem ao sair da Marina da Glória, no Rio de Janeiro. O local receberá, hoje e amanhã, a reunião de chanceleres do G20.

Mais cedo, ontem, em uma publicação em português em sua conta na rede social X, Katz afirmou que "milhões de judeus em todo o mundo estão à espera do seu pedido de desculpas", criticando Lula por "ousar" comparar Israel a Adolf Hitler.

"Ainda não é tarde para aprender História e pedir desculpas. Até então – continuará sendo persona non grata em Israel!", postou o ministro israelense, acrescentando que a afirmação de Lula foi "promíscua, delirante" e configurou uma "vergonha para o Brasil e um cuspe no rosto dos judeus brasileiros".

Na sequência, o perfil oficial do governo israelense também atacou o presidente brasileiro, acusando Lula de negar o Holocausto, o que nunca aconteceu.

Em resposta, Vieira disse também que o governo israelense tenta impor uma cortina de fumaça para encobrir o problema do massacre em curso em Gaza, onde 30 mil civis palestinos já morreram.

"Isso (o massacre) tem levado ao crescente isolamento internacional do governo Netanyahu, fato refletido nas deliberações em andamento na Corte Internacional de Justiça. É este isolamento que o titular da chancelaria israelense tenta esconder. Não entraremos nesse jogo. E não deixaremos de lutar pela proteção das vidas inocentes em risco".

DEPOIMENTO NA PF

Moraes volta a negar pedido de Bolsonaro

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou, ontem, pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para que ele fosse dispensado de comparecer à Polícia Federal (PF), em interrogatório sobre o caso que apura a formação de uma suposta organização criminosa para elaborar um golpe de Estado. O interrogatório está marcado para amanhã.

Na segunda-feira, o magistrado já havia negado o pedido da defesa do ex-presidente por um adiamento da oitiva. A alegação era de que os advogados de Bolsonaro não tinham tido acesso integral ao processo. O argumento havia sido rebatido pelo ministro, que negou tal obstrução aos autos.

O pedido negado hoje, segundo Moraes, não trouxe nenhum novo argumento. "A defesa tem conhecimento da SV (Súmula Vinculante) do STF e da jurisprudência pacificada em relação à colaboração premiada, porém insiste nos mesmos argumentos já rejeitados em decisão anterior, onde ficou absolutamente claro que o investigado teve acesso integral a todas as diligências efetivadas e provas juntadas aos autos e que não há motivos para qualquer adiamento do depoimento marcado pela Polícia Federal para o dia 22 de fevereiro próximo".

Bolsonaro é um dos alvos na Operação *Tempus Veritatis*, deflagrada há quase duas semanas pela PF. Ele teve o passaporte apreendido e foi proibido de se comunicar com os demais investigados.

Segundo a PF, o grupo investigado é suspeito de tentar "viabilizar e legitimar uma intervenção militar" no Brasil.

CONFLITOS NO MUNDO

Reforma da ONU é uma das prioridades do Brasil em reunião do G20 no Rio

RAFAEL CARDOS/ABRASIL

Israel e Palestina, Rússia e Ucrânia, conflitos armados na Somália, no Sudão, na Nigéria e na Síria. Diferentes partes do mundo veem crescer instabilidades políticas, gastos militares e o número de mortes. Às vésperas da Reunião de Ministros de Relações Exteriores do G20, prevista para hoje e amanhã, na Marina da Glória, no Rio de Janeiro, o Brasil tem como prioridade discutir meios de reformar e fortalecer a Organização das Nações Unidas (ONU).

Em entrevista coletiva na tarde desta terça-feira , o secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Ministério das Relações Exteriores e Sherpa do G20 do Brasil, Mauricio Carvalho Lyrio, disse que há urgência em reestruturar a governança global e garantir mecanismos de construção da paz.

"Nós estamos apagando incêndios. Com 183 conflitos no mundo, é uma situação tão catastrófica do ponto de vista dos direitos humanitários, que a ação tem que ser estrutural", disse o embaixador. "A ideia é que nós tenhamos uma reforma efetiva da ONU, para que ela seja de fato um instrumento eficaz para evitar a ocorrência de conflitos."

"Há países que privilegiam a reforma do Conselho de Segurança, outros que privilegiam o empoderamento da Assembleia Geral, ou o fortalecimento do Conselho Econômico e Social. O Brasil sempre foi muito aberto à reforma como um todo. A ONU tem que se tornar mais representativa e atualizada em relação às necessidades contemporâneas", complementou.

REUNIÕES DO G20

O Brasil está na presidência rotativa do G20 desde 1º de dezembro de 2023 e permanece na posição até 30 de novembro de 2024. A previsão é que nesse período ocorram cerca de 130 reuniões, realizadas entre 15 cidades do país. A mais importante será a Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do G20, marcada para 18 e 19 de novembro deste ano, no Rio de Janeiro.

Os encontros de quarta e quinta-feira, na Marina da Glória, terão participação de representantes de todos os membros do grupo: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Africana e União Europeia.

O Brasil convidou outros países e entidades para participar da reunião de chanceleres no Rio de Janeiro: Angola, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Nigéria, Noruega, Portugal e Singapura; o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, também conhecido como Banco Mundial), a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), a ONU, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco), a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Organização para o Tratado de Cooperação Amazônica.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, as discussões durante todo o ano estarão estruturadas em torno de três prioridades: inclusão social e combate à fome e à pobreza; promoção do desenvolvimento sustentável, considerando-se seus três pilares: social, econômico e ambiental; e reforma das instituições da governança global.

BAIXADA SANTISTA

Mortes levam Sarrubbo a criar projeto para 'controle externo'

RUBENS ANATER/AE

O procurador-geral de Justiça de São Paulo, Mário Luiz Sarrubbo, instituiu, em resolução de segunda-feira passada, o "Projeto Especial - Operação Verão" - programa que consiste na criação de uma equipe de membros do Ministério Público que terá a missão de "acompanhar a situação emergencial na Baixada Santista e assegurar a efetividade do controle externo da atividade policial".

Segundo Sarrubbo, a criação do grupo se faz necessária considerando "a quantidade expressiva de ocorrências (mais de 50 mortes)" em decorrência da intervenção policial nas operações Escudo e Verão 2024, além de mortes de membros da corporação da Polícia Militar do Estado de São Paulo. O projeto implantado por Sarrubbo tem respaldo em Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público que delega à Promotoria atribuição de acompanhar 'as investigações dos crimes que envolvam letalidade e vitimização policiais'. O programa tem duração prevista de seis meses e poderá ser prorrogado por igual período. Será extinto, total ou parcialmente, 'quando cessada a razão de sua instituição'.

Como mostrado pelo Estadão, desde o início da Operação Escudo, em 28 de julho, até seu encerramento, em 9 de setembro, a Polícia Militar matou 28 pessoas no litoral paulista. Já o número de mortos na Operação Verão chegou a 27 no último sábado, 17. Em ambos os casos, os números aumentaram depois da morte de policiais.

VERÃO: Sol com pancadas de durante o dia e da noite. Manhã Tarde Noite 30º 24º 85% 05:45 18:30

JULGAMENTO

Manifestação no Rio pede liberdade para Julian Assange

LÉO RODRIGUES/ABRASIL

No dia em que se inicia mais um capítulo judicial no Reino Unido envolvendo o futuro do jornalista australiano Julian Assange, manifestantes se reuniram no Rio de Janeiro para pedir pela sua liberdade. O grupo se concentrou a partir de 17h em frente ao Consulado Geral Britânico, na Praia do Flamengo, na zona sul da capital fluminense. Outros atos também foram convocados para a tarde desta terça-feira, em São Paulo, Porto Alegre e Curitiba.

Julian Assange é fundador da plataforma WikiLeaks, que se tornou conhecida mundialmente em 2010 quando publicou diversos documentos sigilosos do governo dos Estado Unidos. Entre eles estavam registros secretos do exército do país, inclusive sobre violações de direitos humanos nas guerras do Afeganistão, iniciada em 2001, e do Iraque, em 2003. O conteúdo atraiu o interesse de veículos da mídia tradicional de diversas nações e gerou grande repercussão mundial. Desde então, Assange se tornou alvo de investigações criminais nos Estados Unidos.

Nos anos seguintes, a divulgação de outros documentos manteve o WikiLeaks em evidência. Em 2015, por exemplo, novas publicações revelaram que a então presidenta brasileira Dilma Rousseff e outros componentes de seu governo foram alvos de espionagem pelos Estados Unidos.

Assange passou um período na Suécia, onde chegou a ser alvo de uma acusação por estupro, posteriormente arquivada. Mas em decorrência desse processo, ele foi preso em Londres. No entanto, conseguiu obter liberdade condicional e buscou abrigo na embaixada do Equador, situada na capital inglesa. Lá ficou por quase sete anos. Ele recebeu asilo diplomático do governo equatoriano, mas a condição foi revogada após mudanças no comando do país latino-americano. O então presidente Lenin Moreno chegou a classifica-lo como "terrorista cibernético". Sua decisão, tomada em 2018, abriu a brecha para sua prisão pela polícia inglesa em 2019. Desde então, ele encontra-se sob custódia em uma unidade de segurança máxima.

Em 2022, o Reino Unido aprovou a extradição de Assange para os Estados Unidos, onde ele foi acusado com base na Lei de Espionagem, que foi promulgada há mais de cem anos para condenar espiões e traidores da pátria durante a Primeira Guerra Mundial. A pena pode chegar a 175 anos de prisão. Organizações internacionais de direitos humanos, críticas do processo, alegam que seria o primeiro caso de um jornalista denunciado com base nesse dispositivo.

Desde que foi aprovada a extradição, Assange vem recorrendo. Ontem, a Suprema Corte do Reino Unido analisa novo pedido da defesa. O julgamento se estende até hoje. Uma decisão desfavorável pode esgotar no país as suas chances para impedir a extradição. Ele ainda pode obter sucesso no Tribunal Europeu de Direitos Humanos.

Atos em apoio ao jornalista foram marcados em diversos países. No Brasil, as manifestações foram convocadas por diferentes entidades e movimentos sociais, através de suas redes sociais e de seus sites. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que integra a mobilização, considera que a prisão do jornalista configura um ataque à liberdade de imprensa.

"Se Assange for extraditado, se abrirá perigoso precedente legal. Qualquer pessoa poderá ser extraditada: jornalista, editor, denunciante, qualquer um, pois, nem mesmo a defesa do interesse público estará assegurada em um julgamento de espionagem. Na prática, o que está em julgamento é o direito de imprensa, de informação e de dissenso em nível internacional", registra nota divulgada no site da entidade.

TRANSPORTE PÚBLICO

Rio inaugura maior terminal integrador

ANA CRISTINA CAMPOS/ABRASIL

O município do Rio de Janeiro dará início, no próximo sábado, às operações do Terminal Intermodal Gentileza (TIG) e do corredor BRT Transbrasil. O TIG será o maior terminal integrador de transporte público do Rio, conectando o BRT ao Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) a linhas de ônibus municipais. Já a Transbrasil será o quarto corredor expresso de BRT a ser inaugurado, consolidando a implantação do Sistema BRT na cidade, que já conta com os corredores Transoeste, Transcarioca e Transolímpica

"Sábado começamos a operação do terminal com uma linha do VLT, cinco linhas de ônibus municipais, e um serviço do BRT da Penha até o TIG. Essa é a primeira fase", disse a secretária municipal de Transportes do Rio, Maína Celidonio.

No dia 16 de março, começa uma segunda fase com cinco linhas de ônibus municipais que vão para dentro do TIG. Ao todo, o terminal terá 10 linhas de ônibus que vão atender a quase 50 bairros.

"No dia 30 de março, haverá mais 2 linhas de VLT no TIG, as dez linhas de ônibus municipais podendo ter espaço para outras linhas que poderão ser criadas e o começo da operação da Transbrasil com o serviço parador vindo de Deodoro parando em todas as estações até o TIG", afirmou Maína.

Nota

PREÇOS DO EXAME DE DENGUE VARIAM ATÉ 276% ENTRE LABORATÓRIOS DO RIO

Pesquisa realizada por agentes do Procon-RJ em dez laboratórios que fazem exames para detecção do vírus da dengue encontrou variação máxima de 276,19% e mínima de 42,17% nos preços do procedimento. Foram visitados laboratórios da capital e da região metropolitana do Rio de Janeiro na segunda-feira passada e terça. O presidente do Procon-RJ, autarquia de proteção e defesa do consumidor do estado do Rio de Janeiro, Cássio Coelho, disse ontem que as informações levantadas pelos agentes serão analisadas e, caso sejam encontradas violações ao Código de Defesa do Consumidor, a empresa será multada. Segundo o presidente, o Procon-RJ está atento às variações dos valores dos exames.

TERRITÓRIOS PALESTINOS

Brasil pede à CIJ que declare ilegal ocupação feita por Israel

O Brasil pediu à Corte Internacional de Justiça (CIJ) que declare ilegal a ocupação de Israel em territórios palestinos. Em Haia, na Holanda, o País declarou ontem, que a ocupação não pode ser aceita ou normalizada pela comunidade internacional.

"O Brasil espera que o tribunal reafirme que a ocupação israelense dos territórios palestinos é ilegal e viola obrigações internacionais", disse a diplomata Maria Clara de Paula Tusco, representante brasileira em Haia.

A diplomata argumentou que a ocupação persistente desde 1967 viola decisões da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. "Não pode ser aceito, muito menos normalizado pela comunidade internacional", disse.

A representante brasileira afirmou ainda que a gravidade da situação nos territórios palestinos ocupados era "indiscutível", mesmo antes de 7 de outubro (quando o Hamas lançou o ataque que desencadeou a guerra em Gaza).

"Os eventos trágicos da data e as operações militares desproporcionais e indiscriminadas que se seguiram, no entanto, deixam claro que a mera gestão do conflito não pode ser considerada uma opção", disse. "E uma solução de dois estados, com um Estado palestino economicamente viável convivendo ao lado de Israel, é a única maneira de proporcionar paz e segurança para Israel e os palestinos", acrescentou.

Em Haia, o Brasil participa da audiência pública da Corte Internacional de Justiça, que foi questionada pela Assembleia Geral da ONU sobre as consequências jurídicas da ocupação.

Israel começou a construir assentamentos - considerados um obstáculo à criação de um Estado palestino - depois da guerra Árabe-Israelense de 1967, quando capturou a Cisjordânia da Jordânia e Gaza do Egito. Apesar de ter saído de Gaza, em 2005, mais de 200 assentamentos, com 500 mil moradores, permanecem na Cisjordânia ocupada.

Ao todo, 52 países vão se manifestar na Corte sobre a ocupação até a próxima segunda-feira.

Interpretar o direito internacional é uma das atribuições do chamado tribunal da ONU, que também arbitra contenciosos entre Estados. Esse último é o caso, por exemplo, da acusação por genocídio que a África do Sul apresentou contra Israel - e que o Brasil decidiu apoiar.

CRISE DIPLOMÁTICA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem criticado Israel pela guerra em Gaza desde o início do conflito.

"O que está acontecendo em Gaza não aconteceu em nenhum outro momento histórico, só quando Hitler resolveu matar os judeus", disse Lula em entrevista no domingo passado, em Adis Abeba, Etiópia. Para Lula, o conflito "não é uma guerra entre soldados e soldados, é uma guerra entre um Exército altamente preparado e mulheres e crianças", afirmou. "Não é uma guerra, é um genocídio", completou o presidente brasileiro.

Presidente da Colômbia diz que Lula disse a verdade ao comparar ataques a atos de Hitler

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, afirmou ontem, que o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, falou a verdade ao comparar os ataques israelenses à Faixa de Gaza ao Holocausto. Petro, primeiro presidente de esquerda da história da Colômbia, disse ser solidário ao brasileiro. Lula tem sido alvo de críticas depois da declaração.

"Expresso minha solidariedade integral ao presidente Lula do Brasil. Em Gaza, há um genocídio e se assassinam covardemente milhares de crianças, mulheres e idosos civis. Lula só disse a verdade e a verdade se defende, ou a barbárie nos aniquilará", escreveu Petro em seu perfil no X, o antigo Twitter. "Toda a região deve se unir para que cesse de imediato a violência na Palestina.

A sentença da Corte Internacional de Justiça sobre Israel deve ser aplicada e ter consequências nas relações diplomáticas de todos os países do mundo", afirmou o líder colombiano.

Apoio ao genocídio: EUA vetam proposta de resolução de cessar-fogo em Gaza

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Os Estados Unidos vetaram ontem um projeto de resolução que a Argélia apresentou ao Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), propondo um imediato cessar-fogo humanitário na Faixa de Gaza.

Embora a proposta argelina tenha recebido 13 votos favoráveis, o voto contrário da delegação norte-americana é suficiente para barrá-la, pois os Estados Unidos são um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança com direito a vetar unilateralmente o encaminhamento de projetos.

Dos 15 membros do conselho, o Reino Unido foi o único que se absteve de votar. Esta foi a terceira vez que os Estados Unidos vetaram uma proposta de cessar-fogo desde o início da ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza, em resposta aos ataques terroristas que o grupo Hamas deflagrou em território israelense em 7 de outubro de 2023.

O ataque surpresa inicial do Hamas resultou na morte de ao menos 1,2 mil pessoas, entre militares e civis de diferentes nacionalidades, incluindo brasileiros. O grupo também sequestrou 250 pessoas, muitas das quais permanecem cativas, em poder do grupo. Por sua vez, a reação militar israelense já causou a morte de cerca de 30 mil palestinos, além de destruir a já precária infraestrutura local, forçando milhões de habitantes da Faixa de Gaza a deixarem suas casas e vagarem sem destino certo pela região.

JUSTIFICATIVA

A proposta da Argélia não condicionava o cessar-fogo à exigência do Hamas libertar os reféns. Ao justificar o voto contrário, a embaixadora dos EUA, Linda Thomas-Greenfield, afirmou que, se aprovada, a resolução prejudicaria as negociações em andamento e não contribuiria para "trazer sossego" à região.

"Pedir um cessar fogo incondicional, imediato, sem exigir que o Hamas libere os reféns não trará uma paz duradoura (à região). Ao contrário. Poderia aumentar os combates entre Israel e o Hamas, aumentando o tempo que os reféns permanecem cativos, em uma situação que eles próprios descreveram como um verdadeiro inferno, e ampliaria a crise humanitária que os palestinos vivem em Gaza", argumentou Linda Thomas-Greenfield, destacando que, "há meses", os Estados Unidos trabalham em conjunto com o Egito e o Catar para obter um acordo "sustentável".

"Este acordo criará condições para o cessar-fogo que todos queremos que ocorra o quanto antes possível, mas às vezes a diplomacia tarda mais tempo do que gostaríamos. Acreditem em mim quando digo que entendo o desejo deste conselho de atuar rapidamente, de transformar a situação para melhor. Não obstante, este desejo não pode ocultar a realidade da situação; não pode se dar em prejuízo do único caminho viável para uma paz duradoura", comentou a embaixadora, defendendo a proposta alternativa norte-americana, que condiciona um cessar-fogo temporário à libertação dos reféns.

"A resolução alternativa dos EUA está arraigada em algumas crenças. Nosso texto pede um cessar fogo temporário, o quanto antes possível, partindo da necessidade (condição) do Hamas liberar a todos os reféns. Acredito que ninguém é contrário a isso. Também acredito que a maioria de nós concorda que chegou o momento deste conselho condenar o Hamas. (...) e se a resolução dos EUA for aprovada, será a primeira a condenar o Hamas pelos ataques de 7 de outubro, incluindo a violência sexual documentada neste dia. O texto dos EUA também deixa claro que o Hamas não tem lugar na governança futura de Gaza, pois não representa a dignidade, nem a livre determinação do povo palestino, e que a Faixa de Gaza é irredutível. Seu território não pode ser reduzido. Rechaçamos qualquer forma de deslocamento forçado dos civis em Gaza. E deixa claro que, nas atuais circunstâncias atuais, uma ofensiva a Rafah não deveria ser levada adiante", detalhou a embaixadora.

MORTE SUSPEITA

EUA preparam sanções contra a Rússia por morte de Alexei

Os Estados Unidos disseram ontem, estar preparando um pacote adicional de sanções contra a Rússia em resposta à morte do líder da oposição Alexei Navalni em uma colônia penal no Ártico. Segundo o porta-voz do Conselho de Segurança Nacional, John Kirby, o novo pacote será revelado na sexta-feira, e foi iniciativa direta do presidente Joe Biden.

Kirby se recusou a detalhar as novas ações, citando a política do governo dos EUA, ou compartilhar como seriam ampliadas as já rigorosas sanções que os EUA e seus aliados impuseram à Rússia em retaliação à invasão da Ucrânia. Ele se limitou a dizer que o pacote coincidirá com o segundo aniversário da invasão russa.

O porta-voz enfatizou que os EUA não haviam determinado como Navalni morreu, mas insistiu que a responsabilidade final era de Vladimir Putin. "Independentemente da resposta científica, Putin é o responsável", disse ele aos repórteres.

O Departamento do Tesouro se recusou a comentar os detalhes das próximas sanções. Brian Nelson, Subsecretário de Terrorismo e Inteligência Financeira do departamento, está na Europa nesta semana para trabalhar nas sanções contra a Rússia antes do segundo aniversário.

"A coalizão global impondo sanções sem precedentes à máquina de guerra da Rússia jogou areia nas engrenagens dos esforços do Kremlin para equipar e abastecer seu Exército. O presidente Biden recentemente ampliou as autoridades do Tesouro para visar aqueles que financiam os esforços de produção de guerra da Rússia - mesmo que estejam localizados em países terceiros - e o Tesouro está perseguindo agressivamente aqueles que tentam evadir nossas sanções", disse o Departamento do Tesouro na semana passada.

"Sanções multilaterais e controles de exportação forçaram escolhas difíceis para Putin e prejudicaram sua capacidade de projetar poder agora e no futuro", continuou.

Especialistas em política têm avançado com uma série de propostas destinadas a privar a Rússia do dinheiro do qual precisa para continuar sua invasão - desde a apreensão dos fundos do Banco Central do país, em grande parte localizados na Europa, até a redução do limite de preço do petróleo russo no Grupo dos Sete para US$30 (R$ 148), assim como completar a proibição da UE e do G7 sobre hidrocarbonetos russos, conforme sugerido em um documento de trabalho de fevereiro do Grupo de Trabalho Internacional sobre Sanções à Rússia na Universidade de Stanford.